

2

Os Alicerces da Paz

PEDRO MARIA GODINHO VAZ PATTO*

ABSTRACT

This paper explores the relationship between truth, justice, and peace, drawing on *Pacem in Terris* and *Fratelli Tutti* to highlight the strict conditions of legitimate defensive war. While peace is more than the absence of war, it must be grounded in justice and truth, lest it become a capitulation to injustice. The reflection considers historical and contemporary conflicts, showing how appeals to “preventive war” or “defense at all costs” fail to meet ethical and juridical standards. Special attention is given to the moral limits of self-defense, the disproportionate harm caused by modern warfare, and the need for diplomacy and nonviolent resistance as paths toward authentic and lasting peace.

Keywords: defensive war, diplomacy, justice, nonviolence, peace, truth.

Quando falamos da ligação entre a verdade e a paz, não podemos deixar de evocar a conhecida mensagem da encíclica *Pacem in Terris*, de São João XIII (n. 35): a paz não é apenas a ausência de guerra, a paz assenta em quatro pilares (ou quatro alicerces): a verdade, a liberdade, a justiça e o amor.

Centrarei esta minha reflexão na ligação da paz e dois desses alicerces, estreitamente ligados: a verdade e a justiça. E essa ligação leva-nos a considerar a reflexão sobre as condições de legitimidade da guerra defensiva (legitimidade a que se reportam quer a Carta das Nações Unidas no seu artigo 51.º, o direito internacional, pois, quer o *Catecismo da Igreja Católica* no seu n. 2308). Esta reflexão tornou-se particularmente atual depois da invasão da Ucrânia e, mais recentemente e em termos algo diversos, no contexto do conflito entre Israel e o Hamas. É porque a verdadeira paz assenta nos alicerces da verdade e da justiça que pode não ser aceitável a capitulação perante

* Presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz de Portugal.
✉ pvazpatto@sapo.pt

uma injustiça.

Recordo a propósito o seguinte. Entre os meus colegas responsáveis das comissões Justiça e Paz europeias, há várias que desde há muitos anos estão empenhados em ações que podemos classificar como de forte ativismo pacifista. Depois da invasão da Ucrânia juntou-se a este nosso grupo um colega ucraniano, compreensivelmente solidário com a ação militar defensiva do seu governo. Porque se revelava muito clara a legitimidade dessa guerra defensiva e a exigência da nossa solidariedade com o povo ucraniano, uma minha colega escocesa, afirmou que via agora abaladas as suas convicções pacifistas de muitos anos... Não será tanto assim, pois, como procurarei expor de seguida, continuam a ser muito estritas e exigentes (como acentua o Papa Francisco na encíclica *Fratelli Tutti*, n. 258), as condições da legitimidade da guerra defensiva.

Também a propósito li há dias, na revista italiana *Città Nuova* (n. 1 de 2014, pgs. 35 a 38) uma entrevista ao ativista italiano Giulio Macron, que defende o princípio de que aos males da guerra pode ser preferível uma paz não inteiramente justa (segundo a frase de Erasmo de Roterdão: «a paz mais injusta é mais danosa do que a mais justa guerra»). Dá o exemplo da situação de Chipre, uma situação injusta que se prolonga há muitos anos, mas onde se evitou uma guerra que provocaria milhares de mortos. Uma paz justa será sempre o ideal, mesmo que tal não seja possível, a prioridade é o cessar-fogo, para que em melhores condições se permita no futuro alcançar essa justiça. Considera, porém, uma única enorme exceção: a Segunda Guerra Mundial, como reação ao Mal absoluto que representou o Holocausto do povo judeu.

Penso, porém, que não será essa a única exceção (há outros genocídios) e que deve permanecer claro que a paz autêntica e duradoura deve assentar na justiça. Isso é certo, de diferentes perspetivas, nos conflitos que agora perduram na Ucrânia e na Terra Santa. Esse meu colega da Justiça e Paz ucraniana tem-nos alertado para que as cedências aos objetivos do governo russo podem representar um prémio para o infrator que represente um incentivo para a repetição de outras violações do direito internacional, desse e de outros governos. Noutra perspetiva, pode também dizer-se que o conflito israelo-palestiniano, de que assistimos agora apenas a mais um de muitos trágicos capítulos, há de perdurar indefinidamente, para além de qualquer temporária vitória militar, enquanto não for enfrentada a sua raiz através do respeito conjunto dos direitos dos dois povos e afastadas as injustiças

que motivam uma revolta com recurso a meios nem sempre legítimos. Porque, já dizia o profeta Isaías, «*o fruto da justiça será a paz, o resultado da justiça será a tranquilidade e confiança para sempre*» (Is 32-17).

Uma primeira questão a afastar e a que se refere também o Papa Francisco na encíclica *Fratelli Tutti* (n.º 258) é a da tendência para invocar justificações defensivas a despropósito, isto é, quando não se verifica uma agressão. De acordo com o direito penal, que rege a relação entre as pessoas, e o direito internacional, que rege as relações entre os Estados, a legítima defesa supõe uma agressão atual, em execução ou iminente. Não será, pois, legítima a chamada guerra preventiva a que se referiam os defensores da legitimidade da guerra do Iraque de há vinte anos.

Também recordo bem a posição então assumida pela Comissão Nacional Justiça e Paz pouco tempo depois de eu nela ter iniciado a minha participação. Sobre as lições dessa guerra, já tenho refletidos nos seguintes termos.

Passados vinte anos sobre o início da guerra do Iraque, é oportuno refletir sobre as lições que dela podemos colher. É verdade que essa guerra pôs termo a um regime opressor, mas também deu origem a décadas de violência e terrorismo, que vitimaram de um modo particularmente intenso a comunidade cristã desse país. As famigeradas “armas de destruição maciça”, que para o desencadear dessa guerra serviram de pretexto, afinal não existiam...

Uma das pessoas que, apesar da sua saúde já debilitada, mais esforços envidou para evitar essa guerra, foi São João Paulo II, com os seus insistentes apelos dirigidos à consciência e bom senso dos principais atores políticos (acompanhados de diligências diplomáticas junto do presidente norte-americano), apelos que não foram ouvidos, como se de meras aspirações utópicas se tratasse. Mas não eram, eram apelos racionais e responsáveis, como se veio a verificar no futuro mais ou menos imediato. Esse futuro veio a demonstrar como a guerra é sempre, na expressão repetida desse Papa, «*uma aventura sem retorno*». Esses infatigáveis esforços do Papa polaco levaram a que muitos advogassem que lhe fosse atribuído nesse ano o prémio Nobel da Paz.

São João Paulo II recordou então os critérios de legitimidade de uma guerra de acordo com a doutrina da Igreja e foi claro na rejeição da legitimidade da chamada “guerra preventiva”, onde se enquadraria a guerra contra o exército iraquiano pretensamente possuidor de “armas de destruição maciça”. A legitimidade de uma guerra defensiva supõe

uma agressão já iniciada ou iminente. Essa verdade foi reafirmada então pelo Papa e por episcopados de todo o mundo (não o foi, porém por alguns católicos apoiantes do governo norte-americano da altura, os chamados *teocons*, que não deixaram de invocar a doutrina tradicional da “guerra justa” como foi formulada na Idade Média, esquecendo o seu desenvolvimento mais recente e posterior ao Concílio Vaticano II). Essa rejeição da legitimidade da “guerra preventiva” veio a constar posteriormente do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (n. 501).

Essas posições do Papa São João Paulo II encontraram eco em Portugal também numa declaração da Comissão Nacional Justiça e Paz, datada de 31 de janeiro de 2003 e intitulada *A Paz é Possível e Obrigatória*. Recordo bem esse texto, além do mais porque havia iniciado precisamente nessa altura a minha participação nessa Comissão.

Essa declaração começa por afirmar: «(...) *há que contrariar a perspectiva de quem considera a política, em particular a política internacional, desvinculada da Moral e sujeita apenas a critérios de interesses. A política internacional não é uma “zona franca” imune às leis da Moral e do Direito. Vámo-nos habituando a análises e comentários das relações internacionais como simples jogos de poder político ou económico. Trata-se de um pragmatismo de vistas curtas que se vem a revelar sempre prejudicial a longo prazo, porque mina as próprias bases da convivência entre os Estados e entre os povos. É outro tipo de análise, de alcance ético, que importa fazer quando estão em causa decisões tão nefastas como o desencadear de uma guerra*». Foi esta análise de alcance ético que faltou na guerra do Iraque e essa falta não deixou de acarretar graves consequências.

A propósito da “guerra preventiva”, afirma essa declaração: «*Alargar o conceito de legítima defesa para além das situações de agressão actual e iminente é também abrir a porta à possibilidade de abusos. Quando não estamos perante a iminência de uma agressão, os riscos de erros de apreciação e de abusos são muitos maiores. Muitas serão as situações em que se poderão invocar mais ou menos longínquos perigos provindos de vários Estados do planeta e, por isso, a possibilidade de eclosão de guerras injustificadas será muito maior*». A inexistência de “armas de destruição maciça” na posse do governo iraquiano veio a demonstrar isto mesmo.

Esta declaração da Comissão Nacional Justiça e Paz analisa também outro critério de legitimidade de uma guerra (de cada vez mais difícil verificação, perante as cada vez mais desastrosas consequências de qualquer guerra): que ela «*não acarrete males e desordens mais graves do que o mal a eliminar*» (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 2309). Salienta

esta declaração a este propósito os então previsíveis males que poderia acarretar a guerra do Iraque: os mortos de um e outro lado, militares e civis; as feridas e conflitos que haveriam de subsistir e ser agravados depois da guerra; a revolta de povos árabes contra o Ocidente, que potencializaria a adesão a grupos extremistas e terroristas. Males que, na verdade, vieram a verificar-se.

Outra questão que importa salientar, a que também se refere o Catecismo da Igreja Católica como condição de legitimidade da guerra defensiva, é a de que esta deverá ser sempre uma *ultima ratio*, um último recurso (porque ela é sempre um mal, mesmo que seja um mal menor). Sobre esta questão também falámos como representantes de várias comissões *Justiça e Paz* europeias a propósito da invasão da Ucrânia.

Nesses diálogos, tem sido salientado como as formas de *resistência civil* são hoje objeto de estudos académicos aprofundados. O livro de Michel A. Beer, *Civil Resistance Tactics in the 21st Century* (International Center on Non Violent Conflicts Press, 2021) expõe de modo sistemático e científico várias dessas formas de resistência, aludindo a um catálogo de 346 métodos e a uma base de dados de 1400 exemplos históricos. Esses métodos incluem ações e omissões, podem ser mais ou menos disruptivos e mais ou menos criativos. Podem ter alcance social, económico, político ou cultural. Incluem a recusa de cooperação com o poder, a desobediência a ordens ilegítimas, greves e boicotes (a vendas ou a compras de determinados produtos). Neles não se incluem métodos que envolvam alguma forma de violência, não só sobre pessoas, mas também contra a propriedade. Também se excluem comportamentos suicidas.

Exemplo paradigmático de resistência civil é o da ação de Mahatma Gandhi, com o seu conceito de *satyagraha*. Além desse, o livro alude a outros exemplos históricos de sucesso em lutas não violentas pela justiça: entre muitos outros, a luta pelos direitos civis das minorias negras norte-americanas e a ação de Martin Luther King, a ação do sindicato polaco *Solidarnosc* e a luta contra o *apartheid* na África do Sul. Não são, porém, ignorados, os casos de insucesso, como o trágico fim das manifestações da Praça Tiananmen, na China.

O sucesso desses métodos exige uma participação socialmente relevante e sustentada e a resiliência diante das reações do poder opressor. Mas é mais provável que este não reaja com mais violência diante de uma resistência não armada (como reagirá contra uma resis-

tência violenta), que essa resistência não armada colha mais facilmente as simpatias da opinião pública neutra e até dos apoiantes e colaboradores do poder, o qual pode ver, desse modo, desfeita a sua base de apoio (a conversão do opressor é, até, o objetivo último da *satyagraha* pugnada por Gandhi).

Estas formas de resistência civil impedem o crescimento em espiral da violência, com todas as feridas que esta provoca em todos os âmbitos. Levada até ao fim, essa resistência exige força moral, perseverança e sacrifícios tão heroicos como os de quem está pronto a dar a vida numa guerra: há que estar pronto a dar a vida por uma causa, sem estar pronto a matar por ela.

Muitos dirão que se trata de uma utopia. Ao falar destes temas, o colega ucraniano exprimiu o seu ceticismo, dizendo sarcasticamente que abordaria esse assunto na sua Universidade, mas só depois de vencida a atual guerra. Já no tempo de Gandhi se afirmava que o sucesso da sua ação se compreende porque enfrentou a administração colonial britânica (apesar de tudo, imbuída de tradições democráticas e liberais), mas ela não seria possível diante de Adolf Hitler. Hoje, com as notícias dos massacres de Mariupol, Butcha e Borodyanka, também se poderá dizer isso do atual governo russo. É verdade que um qualquer governo ilegítimo pode sempre prender quem a ele se oponha, por meios pacíficos, mas será mais difícil fazê-lo quando essa oposição contagiar tantos cidadãos que já não haja prisões para os prender a todos. Quando, porém, esse governo é capaz de massacrar até pessoas inocentes, é de esperar que o faça contra opositores não violentos...

A propósito da queda do comunismo, queda em que ele desempenhou importante papel e que a muitos surpreendeu pelo seu carácter (quase sempre) não violento, quando estava em causa um confronto irreduzível entre blocos e assente na dissuasão armada e nuclear, afirmou São João Paulo II na sua encíclica *Centesimus Annus* (n. 23):

Merece, portanto, ser sublinhado o facto de, quase por todo o lado, se ter chegado à queda de semelhante “bloco” ou império, através de uma luta pacífica que lançou mão apenas das armas da verdade e da justiça. Enquanto o marxismo defendia que somente extremando as contradições sociais, através do embate violento, seria possível chegar à sua solução, as lutas que conduziram ao derrube do marxismo insistem com tenacidade em tentar todas as vias da negociação, do diálogo, do testemunho da verdade, fazendo apelo à consciência do adversário e procurando despertar nele o sentido da dignidade humana comum.

Parecia que a configuração europeia, saída da Segunda Guerra Mundial e consagrada no *Tratado de Ialta*, só poderia ser abalada por outra guerra. Pelo contrário, foi superada pelo empenho não violento de homens que sempre se recusaram a ceder ao poder da força, e ao mesmo tempo souberam encontrar aqui e ali formas eficazes para dar testemunho da verdade. Isto desarmou o adversário, porque a violência sempre tem necessidade de se legitimar com a mentira, ou seja, de assumir, mesmo se falsamente, o aspeto da defesa de um direito ou de resposta a uma ameaça de outrem. Agradeço a Deus ainda por ter sustentado o coração dos homens durante o tempo da difícil prova, e pedimos-Lhe que um tal exemplo possa valer em outros lugares e circunstâncias. Que os homens aprendam a lutar pela justiça sem violência, renunciando tanto à luta de classes nas controvérsias internas, como à guerra nas internacionais.

Importa, por outro lado, salientar que o direito de legítima defesa não é absoluto. Isso é notório quando assistimos hoje à ação do exército israelita em Gaza. Sobre este aspeto, escrevi já também o seguinte.

Há que reconhecer o direito de Israel se defender de um grupo terrorista que desencadeou um massacre de pessoas inocentes como de há muito não se via. Sendo propósito declarado desse grupo a eliminação do Estado de Israel é justificado o receio de repetição de atos como esse.

Mas com esse pretexto o governo de Israel pretende justificar as mais de dez mil vítimas, civis na sua maioria, que os seus ataques vêm provocando; um número que cresce de dia para dia. Argumenta que essas vítimas representam danos colaterais inevitáveis, não intencionalmente provocados (ao contrário do que sucede com as vítimas de atos terroristas). Procura evitar esses danos incentivando essas pessoas a abandonar zonas que serão bombardeadas. Acusa o Hamas de as usar como “escudos humanos”, colocando deliberadamente alvos militares junto de alvos civis (hospitais, escolas e zonas residenciais). Em suma, o objetivo de eliminar definitivamente o Hamas sobrepõe-se a todas essas consequências.

Há que corrigir, desde logo alguns aspetos dessa argumentação. As consequências do bloqueio de água e eletricidade, alimentos e medicamentos, não pode dizer-se que sejam danos que só colateralmente atingem civis, atingem-nos em primeira linha e diretamente. Nem todas os civis convidados a abandonar as suas casas têm capacidade para o fazer (por doença ou idade avançada) e os que se recusam a fazê-lo temem perder definitivamente as suas casas e não confiam na segu-

rança dos locais onde poderiam refugiar-se. São bombardeadas zonas onde não se situam alvos militares (não é a propaganda do Hamas que o diz, são representantes das Igrejas cristãs e funcionários das Nações Unidas e da Cruz Vermelha).

Uma ação justificada pela legítima defesa há de estar limitada ao estritamente necessário para essa defesa (é assim no direito penal, no direito internacional e na ética cristã e católica). Não pode confundir-se com a retaliação ou vingança, como um mal como resposta a outro mal (e esta justificação também se tem ouvido de governantes de Israel). Não deve, por outro lado, atingir quem de modo algum é responsável pela agressão e não representa qualquer perigo.

Verdadeiramente, o direito de defesa não é absoluto, porque os fins não justificam os meios e porque não podem ser desprezados quaisquer danos colaterais (e é isso que se verifica com os milhares de vítimas civis dos ataques do governo de Israel). Considera o direito internacional que a defesa deve ser proporcional.

Na perspetiva do *Catecismo da Igreja Católica*, não é apenas o facto de estarmos perante um ataque injusto que legitima uma guerra de defesa. Importa também que ela não provoque danos maiores do que aqueles que pretende evitar (n. 2309). É isso mesmo a que assistimos em Gaza, com o crescente número de vítimas inocentes (uma só já seria de considerar como mal a evitar a todos o custo) e com a destruição quase total de um território densamente habitado.

O Hamas é certamente responsável pela morte de vítimas civis do seu próprio povo que não protege devidamente e que usa como “escudos humanos”. Mas essa responsabilidade não afasta em absoluto a responsabilidade de quem provoca essas mortes. Um e outro são, de modos diferentes, responsáveis.

Há também quem com razão considere como é ilusório pensar em eliminar definitivamente o Hamas. Podem ser em grande medida limitadas as suas capacidades militares atuais. Mas ele poderá continuar a provocar ataques terroristas em qualquer parte do mundo enquanto houver quem adira aos seus objetivos de destruição do Estado de Israel. Com as mortes e destruições que hoje atingem o povo palestino, serão certamente muito mais, e não menos, os que aderem ao Hamas.

Essa condição de legitimidade da guerra a que já me referi mais de uma vez – que ela não provoque danos maiores do que aqueles que pretende evitar – também tem suscitado a minha reflexão, sobretudo diante da posição, que me parece demasiado intransigente, do meu

colega ucraniano a que também já me referi anteriormente.

Numa reunião recente de comissões Justiça e Paz europeias, impressionou-me a convicção desse meu colega ucraniano a respeito da vitória do seu país na guerra contra a Rússia, uma guerra que, nas suas palavras deverá ser ganha “*custe o que custar*” e “*demore o tempo que demorar*”. Ao ouvir esse meu colega, não pude deixar de recordar o que vem insistentemente afirmando o Papa Francisco: «*ninguém ganha com uma guerra*». Já o Papa Pio XII clamava, nas vésperas da II Guerra Mundial: «*Nada se perde com a guerra, tudo pode ser perdido com a paz*». «*A guerra é uma aventura sem retorno*» – disse São João Paulo II a propósito da guerra no Iraque, que procurou evitar a todo o custo. Também neste caso da Ucrânia, sabemos como começou a guerra, não sabemos ainda hoje como vai terminar e que danos ainda vai provocar. É mesmo uma “*aventura sem retorno*”.

Esse meu colega considera utópica qualquer tentativa de negociação diplomática com o governo de Putin. Mas também me pareceu algo utópica a vitória incondicional de uma das partes nesta guerra. O que parece certo é apenas o contínuo acréscimo de mortes e de destruição.

Sobretudo, ao admitir uma guerra, ainda que defensiva, “*a todo o custo*”, parece-me que esquece que, de acordo com a doutrina da Igreja, não basta que uma guerra seja defensiva para que seja legítima, importa que dela não decorram mais danos do que aqueles que ela pretende evitar. Estas condições exigem que, como tem salientado o Papa Francisco, nunca se desista da diplomacia, a qual tem de ser criativa, buscando alternativas que não se traduzam num prêmio para o infrator.

Neste aspeto, o Papa distancia-se das vozes mais comuns, que só aceitam a vitória incondicional da Ucrânia, sem qualquer tipo de cedência, porque qualquer cedência será uma forma de premiar o infrator. Neste contexto, é certo que nenhum dos contendores quererá dar um primeiro passo que represente a mínima forma de reconhecer alguma razão ao adversário, desde logo por uma questão de honra.

Poder-se-á acusar o Papa de ingenuidade ao apelar à diplomacia neste contexto. Mas talvez seja ainda mais ingênuo e irrealista esperar uma vitória certa, plena e a breve prazo de qualquer das partes. Realista é pensar que da guerra ninguém sai verdadeiramente vencedor, que a destruição e morte por ela inevitavelmente geradas e as feridas que hão de permanecer para sempre impedem sempre de falar em vitória.

Para evitar os males que uma guerra acarreta sempre, justifica-se o recurso à diplomacia mesmo quando é clara a existência de um agressor e de um agredido. É verdade que ceder a algumas das exigências do infrator pode ser uma forma de o premiar e, desse modo, incentivar futuras agressões, da sua parte ou de outros potenciais agressores. Há que evitar que isso suceda (esse é um mal que a guerra defensiva pretende evitar e que deve ser ponderado). Mas tal não compromete qualquer tentativa de negociação diplomática. Reconhecer alguma razão ao adversário e aceitar alguma das suas exigências não é desonroso (não faz “perder a face”) e não significa necessariamente premiar o infrator. Reconhecer, por exemplo, que as pessoas de língua materna russa que de há muito vivem na Ucrânia têm direito à proteção da sua especificidade cultural não é ceder a nenhuma imposição arbitrária.

Por outro lado, a vida humana e a paz são bens de valor imenso, que justificam até cedências maiores do que uma estrita justiça permitiria (“*summum ius, summa iniuria*” – já diziam os antigos). Cedências que não devem ser vistas como uma capitulação, mas como um reconhecimento do valor supremo desses bens.